

Segundo Ronaldo Vieira Junior,<sup>5</sup> Consultor-Geral da União, a aprovação, pela AGU e pelo Presidente da República, do, acima assinalado, parecer da CGU significa uma importante mudança de posição do Estado Nacional. Disse Ronaldo Vieira Junior a respeito desse parecer:

Trata-se de nova interpretação que vai tornar possível o conhecimento, controle e fiscalização sobre a movimentação de compra de terras por estrangeiros, possibilitando que sejam estendidas, às empresas brasileiras controladas por estrangeiros, as limitações quanto ao tamanho das terras compradas.

Vieira Junior enunciou também que, em última análise, a “revisão visa assegurar a soberania nacional em área estratégica da economia nacional e o desenvolvimento nacional”. O mencionado parecer fixa que a soma das áreas rurais controladas por estrangeiros não poderá ultrapassar 25% da superfície de um município. Por sua vez, Luís Inácio Lucena Adams,<sup>6</sup> advogado-geral da União, afirmou que essa medida é necessária para preservar o “controle nacional” sobre a propriedade de terras. Adams ressaltou que a medida, no entanto, “não vai excluir a participação estrangeira, mas preservar o controle nacional” e ponderou que, embora seja fatível que as empresas possam recorrer à Justiça, ele não espera uma avalanche de ações.

O Governo Federal não tem dados exatos sobre a quantidade de terras em poder de empresas estrangeiras.

De 1971 até 1994 controlou-se a aquisição de terras por empresas estrangeiras, mas esse controle deixou de ser realizado. Além do mais, há falhas na legislação. Por exemplo, a Lei n.º 11.284/2006, que trata da Gestão de Florestas Públicas e criou o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) instituindo o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, está possibilitando a exploração de quase 13 milhões de hectares na Amazônia. Por essa lei, as Florestas Nacionais (FLONAS) podem ser exploradas, por meio de licitação, por até 40 anos, inclusive por empresas estrangeiras. Diante de todo esse prazo indaga-se qual a razão de adquirir terras na Amazônia Legal, se o comodato é de 40 anos para exploração das FLONAS.

Na região do Cerrado a situação, porém, é diferente. A produção de grãos exige que se adquiram as terras não só pela segurança jurídica da propriedade e da posse, como também pela facilidade de captação de financiamentos agrícolas. De fato, a Lei n.º 5.709/71, em seu art. 3º, já regulava a limitação de terras. Nesse artigo indicava-se o seguinte: “A aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira não poderá exceder a 50 módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua”. O parecer da AGU trouxe uma interpretação mais restritiva, procurando atender uma preocupação atual, isto é, a entrada de estrangeiros que visam à aquisição de terras para a produção de alimentos, sobretudo nos estados de Piauí, Tocantins, Bahia, Mato Grosso e Goiás, onde o mercado de terras está em alta. Conclui-se, portanto, que o Brasil possui capacidade tecnológica e recursos naturais que podem ser bem aproveitados, de forma racional e adequada, devendo todos os produtores atentarem-se para o cumprimento da função social da terra, inclusive o produtor estrangeiro.

<sup>5</sup> Depoimento disponível em: <[http://www.agu.gov.br/SISTEMAS/SITE/PaginasInternas/NormasInternas/AtoDetalhado.aspx?idAto=258351&ID\\_SITE=>](http://www.agu.gov.br/SISTEMAS/SITE/PaginasInternas/NormasInternas/AtoDetalhado.aspx?idAto=258351&ID_SITE=>). Acesso em: 7 out. 2010.

<sup>6</sup> Depoimento disponível em: <[http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateImagemTextoThumb.aspx?idConteudo=148958&id\\_site=3>](http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateImagemTextoThumb.aspx?idConteudo=148958&id_site=3>). Acesso em: 7 out. 2010.



## EM BUSCA DO PARAÍSO PERDIDO Darcy França Denófrío<sup>1</sup>

Entre dezenas de láureas, Miguel Jorge recebeu, 1997, o Prêmio Machado de Assis, da Biblioteca Nacional, exatamente por seu romance *Pão cozido debaixo de brasa*, então recém-editado. Aquele que fez da literatura o seu maior projeto lançou, para celebrar seus trinta anos de estréia literária, mais uma obra de qualidade que se somava às vinte já publicadas àquela época. O prêmio veio subscrever um momento de consagração de sua carreira literária. E, com esse título, o autor havia conseguido também alargar as suas fronteiras editoriais, conquistando uma fatia no Sul do país. Seu livro saiu pela Mercado Aberto, de Porto Alegre, que abria uma fresta para a boa literatura que se produz em Goiás.

A obra de Miguel Jorge, que já carrega mais de quarenta anos de fidelidade ao literário, alcançou mérito para se impor dentro e fora do país. Como merecida recompensa, ela já serviu de *corpus*, entre outros, a dois grandes trabalhos acadêmicos: a uma tese de doutorado na UNESP, da professora da PUC-GO, Maria Luíza Ferreira Laboissière de Carvalho, publicada sob o título de *Tradição e modernidade na prosa de Miguel Jorge* (Goiânia: Ed. UFG, 2000) e a um PhD nos Estados Unidos, na Universidade de Vanderbilt. O resultado deste último foi a obra *O grotesco em Miguel Jorge e Julio Cortázar* (Goiânia: Cãnone Editorial, 2002), de Soraya Calheiros Nogueira, Professora do Departamento de Espanhol e Português da Middle Tennessee State University. Como professora de literatura hispano-americana, Soraya vem divulgando a obra de Miguel Jorge naquele país, tanto em sala de aula quanto em congressos.

<sup>1</sup> Mestre em Teoria da Literatura. Professora Adjunta (aposentada) da Faculdade de Letras da UFG. Crítica literária, ensaísta e poetisa.

Um rapidíssimo retrospecto histórico se impõe antes de qualquer análise. A história literária deste autor está visceralmente ligada ao GEN. Muito mais do que um divisor de águas, o GEN representou em Goiás, a nosso ver, o momento de cristalização de uma consciência estética, que hoje se reflete nas obras de seus principais representantes.

Pode-se questionar se todos os seus integrantes possuíam a mesma consciência crítica, já que um conjunto de indivíduos nesse caso, em razão da história pessoal e intelectual de cada um deles, tende a ser heterogêneo. Todavia é inegável que, pela primeira vez em Goiás, no início da década de sessenta, um grupo de escritores novos se reunia para discutir problemas essencialmente estéticos, buscando conhecer, e depois executar, estruturas literárias que desafiavam de modo ostensivo a literatura ortodoxa. Miguel Jorge, um de seus integrantes, ficou entre os selecionados pela ação implacável do tempo e é hoje consagrado dentro e fora de Goiás.

Não há como fazer uma leitura absoluta de uma obra de arte literária. Há sempre a escolha de um ângulo sob o qual se espreita esse objeto multifacetado. Cada leitor-crítico poderá eleger o ângulo de clivagem para proceder o seu corte e o resultado disto são as múltiplas leituras que se completam e jamais se excluem, como aquelas feitas pelas ciências exatas acerca do mundo. Já disse Tzvetan Todorov que “a literatura enuncia o que apenas ela pode enunciar. Quando o crítico tiver dito tudo sobre um texto literário, não terá dito nada ainda”.

O romance *Pão cozido debaixo de brasa*, que revela a preocupação formal e estética emblemática dos remanescentes do GEN, teve um prefácio à altura do evento a cargo Sebastián Joachim, crítico que conhece o ofício e que esquadrinhou a obra. Entretanto, confessadamente, e

como não poderia deixar de ser, deixou algumas fendas. E por uma delas tentaremos a nossa incursão pelo texto.

Este romance, altamente simbólico e ancorado no poético, como costuma ser quase toda a obra de Miguel, pode ser lido a partir de sua epígrafe, um fragmento de uma peça dramática, um auto de Natal do fim do século XII, verdadeiro achado que o autor extrai do único livro que o preservou: *Mimesis*, de Erich Auerbach. A epígrafe, como já tivemos oportunidade de dizer, e como já disseram teóricos muito antes de nós, é uma porta de entrada para uma obra literária. Se ela não iluminar um caminho, e for inócua, estaremos diante de um blefe.

Miguel abre sua obra (e ele avisa) com um fragmento de diálogo pertencente à referida peça de fins do século XII, denominada *Mystère d'Adam*. O excerto contém um lugar: o paraíso; e um flagrante ou uma cena: o momento da tentação de Eva e da cumplicidade de Adão. Mas esta maçã tem “Um sabor que nunca homem algum experimentou”. E os olhos de Eva se tornam tão claros e ela se sente de tal forma iluminada, como se fosse um Deus todo-poderoso. Não desconhecemos o fato de esta epígrafe apontar para outras leituras. Mas uma nos pareceu pertinente ao contexto desta obra que fala inúmeras vezes em paraíso ou na sua promessa. E também sugere a queda.

A singularização do mito judaico-cristão da maçã e da serpente, que tentaremos elucidar, é inegável. O primeiro capítulo abre-se com uma personagem de 15 anos, cuja labilidade ou mobilidade emocional ou psíquica podem ser perfeitamente compreensíveis, chamado Adam por sua mãe, e Adão pelos demais. O romance inaugura-se com um vocativo reiterado, com o apelo a um nome que fere o nosso ouvido ancestral: “Adam, Adam”. Alusões ao Adão bíblico vão-se acumulando, e esta se encontra

também, não por acaso, na segunda linha da primeira página: “Alguém devia tê-lo chamado assim, tantas vezes, como se abrisse o mundo com seu nome”. Um búzio, na onda ou na praia da criação, seu nome ressoa o do primeiro Adão. Aos poucos, vamos tendo a certeza de que, sob este, subjaz outro texto.

E neste capítulo, também de fácil leitura edipiana, os índices de mesma espécie, que remetem à queda no paraíso, se atropelam. Ziza (a mãe) assume as conotações do Senhor flagrador do pecado original. Por isso mesmo ela procura Adam no auge de suas pulsões sexuais de adolescente, por toda a casa: “Adam, Adam” (...). “Adam, você está aí?” (...). “Adam, olhe para mim” (...). “Adam, não sabe que é pecado esconder-se de mim?” (...). “Adam, por que se escondeu no sótão?” (...). “Que olhos escondidos no banheiro o espreitavam?”, ele se indagaria, na suspeita de que haveria outros, além dos maternos. Este Adam escondia-se, em vão, no sótão ou no banheiro: “Adam o que está fazendo? Por que demora tanto no banheiro?”. Entretanto, os olhos da interdição o espreitavam ou o acompanhavam não só aqui como em grande parte do relato. Tanto que ele diz “Será que ela via tudo, como um Deus?”, enquanto a mãe reiterava: “Adam, venha, vamos sair deste sótão úmido” (...). “Vamos sair deste porão”. Tudo lembra a frase bíblica depois da queda, enquanto o par do Éden se escondia: “Adão, onde estás?”

Na interpretação corrente daquela versão do paraíso, Eva foi a “verdadeira” pecadora. Adão, apenas o inocente que degustou a maçã, instigado por ela. Ela se torna, em palavras bíblicas, “pior que a víbora” e “mais amarga do que a própria morte”. Todo o pecado, só possível de lavar-se com o batismo, e que se repete a cada concepção, é apenas seu, e veiculado somente através de seu próprio sangue. Entretanto, na vida prática, o modelo judaico-cristão impõe o sentimento de culpa também para os meninos, pelo menos no início de suas manifestações sexuais. Depois, ele será como o Adão bíblico. No capítulo nove, o ficcionista cria um diálogo indireto livre onde se ouve, em simbiose, a voz de Adão e a do narrador registrando esse sentimento multimilenar, depois de uma ejaculação possivelmente noturna. Sobre ele, os olhos presentes-ausentes da mãe, do padrasto e dos demônios. E também os da consciência moral, implacável, que denuncia a “queda”: “Sabia que aqueles e outros vultos viriam espioná-lo, com olhos de chama, e se deliciaram com o seu pecado, que o empurravam para fora da cama. Sobre o lençol, restava a mancha branca”.

A professora Leona, que fará a iniciação de Adão no “paraíso”, desde o início é referida como *cobra, serpente, víbora* e não deixará, no momento oportuno, de oferecer sua maçã a Adão. Mais do que a simples Eva arquetípica, Leona evoca Lili ou Lilith, anterior à Eva, enfim, sugere a suposta primeiríssima companheira de Adão. Quem a nomeou Lili, pela primeira vez, foi o Anjo Novo ante o espanto do Anjo Velho, personagens de que trataremos noutra ocasião. A própria Leona insiste em ser chamada assim por Adão. O autor teve o cuidado de usar a forma aportuguesada, Lili, para dissimular ou apenas sugerir, como convém à literatura, o nome da Eva negra. Esta remonta à origem mítica da mulher, ligada à Grande Mãe, divindade feminina ancestral, que precede os deuses masculinos. Lilith é a mítica primeira companheira de Adão, que não se submeteu a ele e se rebelou, antes da criação de Eva.

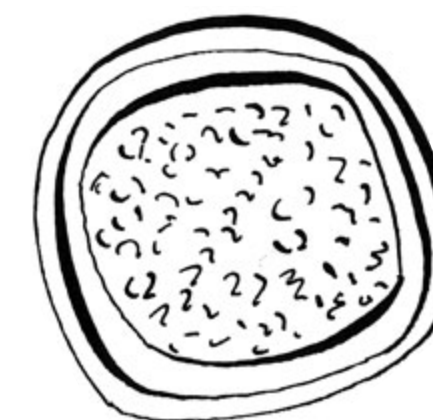
Roberto Sicuteri, autor de *Lilith, a lua negra*, faz um dos estudos mais completos sobre este mito. Considera Lilith uma imagem derivada do arquétipo da Grande Mãe, um mistério do inconsciente coletivo. O que interessa ao autor, como ele próprio diz, “não é o aspecto teológico, mas o psicológico”. A redescoberta de Lilith para ajudar elucidar “a história da relação entre *anima* [a representação psíquica da minoria de gens femininos presentes no corpo do homem, na teoria de Jung] e *animus* [a masculinidade inconsciente que existe no psiquismo da mulher, portadora, a seu turno, de uma minoria de gens masculinos] e para entender finalmente as origens endo-psíquicas da cisão entre “instinto” e “pensamento”, para esclarecer finalmente o grande equívoco do primado masculino sobre a mulher sentida como inferior”.

Deixando os aspectos psicanalíticos de lado, fiquemos agora com o arcabouço mitológico: Lilith nasce com Adão e deveria se subordinar a ele, entretanto ela se rebela: “Por que devo ficar por baixo de ti, se fui criada sua igual?” Ela pede igualdade, uma vez que foram feitos da mesma matéria e recebe a recusa intransigente de Adão. Lilith afasta-se, voa para longe “em direção às margens do Mar Vermelho, depois de haver profanado o nome de Deus pai. Lilith é um demônio. Ora, sabemos pelas Escrituras que também a serpente é um demônio; portanto Lilith é o veículo do pecado, da transgressão”. Não é sem motivo que, na evolução do mito, ela se torne um espírito maligno terrestre, símbolo da bruxa. Mas é bom lembrar que se torna também uma divindade astral, ligada à Lua, denominada Lua Negra.

Vale ressaltar que, por trás do instinto negado, do prazer do corpo transformado com o tempo em neurose, tem estado sempre a sombra de uma mulher transgressora (Lilith ou Eva), sempre culpada, em qualquer das figurações que possa assumir.

No romance de Miguel, Leona ou Lili [Lilith] é transgressora por excelência: é a professora experiente que seduz Adão; é a mulher que trai o marido; é a mentora de um crime que o leitor não tem certeza de que se tenha consumado. Ela constrói o seu próprio paraíso, possui a maçã mais saborosa, que não hesitará em oferecer a Adão. Progressivamente, passa de morena a negra, conformando-se ao mito. Primeiro, há referências ao “corpo moreno” de Leona. Depois, existe a insinuação de Clara Lúcia, ao se referir à estátua negra, “esplendorosamente negra”, um símbolo de Lilith no jardim: “Ela foi talhada para você mesma”. E, quase ao fim do romance, ouvimos do narrador: “Era estranho que Adão atravessasse caminhos floridos, acompanhado daquela negra que sorria (...). Neste ponto, há um recurso cinematográfico de que se vale o ficcionista que é também cineasta: a superposição ou fusão da imagem da empregada, que é negra, com a de Lili que, naquele momento, surge do paraíso do chalé. O texto oferece, aqui, a ambiguidade própria da arte literária.

Adão é introduzido naquele paraíso, cheio de alusões bíblicas. Come a metade da rosa “que vai abrir o seu corpo para a vida” (importante lembrar que a outra parte é Lili quem a come), experimenta uma fruta de cujo sabor jamais se esquecerá e, depois de sua iniciação sexual, que se dá ao leitor numa linguagem erótico-poética de porte verdadeiramente estético, o par se cobre com folha de figueira. Mas Adão, induzido também, comete um crime, experimenta a queda e se sente vasculhado pelos olhos de todos e de um Deus poderoso, cuja voz parece ouvir, mas que pode ser apenas a de sua própria consciência acusadora. O limite sartriano é



Leona quem descobre, quando o casal empreende a fuga do paraíso: “tudo tinha um preço”. O que vale dizer: somos livres, mas responsáveis pelo que fazemos.

As alusões bíblicas aparecem num crescendo no desespero da fuga, enquanto a noite significativamente cai sobre eles: “Corriam Adão e Leona como se corressesem do próprio pecado (...). Foi então que Adão tratou de cobrir-se com as folhas das plantas. (...) O que foi que eu fiz?”, vaza o intertexto bíblico.

Um detalhe, perdido na floresta da linguagem, nos chamou atenção. Enquanto empreendem a fuga desesperada, “seu rosto [o de Adão] alterava-se, com um jeito selvagem” e também “na pele lisa cresciam, aqui e ali, pêlos escuros. Só ele e sua boca sabiam o gosto daquela amargura”. Além disto, a tentativa de reingresso ao paraíso, após a queda, é frustrada: “Havia um cheiro de enxofre avolumando na entrada do jardim e podiam-se ver blocos de barro do rio transformando-se em pântanos, numa tristeza de paisagem. E já se podiam ouvir ruídos diferentes de répteis e de aves noturnas”. E mais: pela primeira vez, completamente, “a noite se fizera sobre eles”.

Junto com a degradação do paraíso e a ausência de luz, há a perda simbólica da mãe que, coincidentemente, agora está dando à luz o filho de Yusef, o padrao de Adão. Sébastien Joachim afirma, de modo absolutamente correto, que este romance impõe uma leitura psicanalítica. Todas as fugas de tal abordagem parecem em vão. Segundo a teoria de Jung, na primeira metade da vida, a *anima* projeta-se de preferência no exterior e o primeiro receptáculo da *anima* é a mãe, dotada de algo de mágico para o filho. Depois, será transferida para a estrela de cinema, entre outras possibilidades, e sobretudo para a mulher amada. No romance, Ziza chega a metamorfosear-se em Leona. Daí as frustrações, porque é impossível o objeto real corresponder plenamente à imagem que o inconsciente apresenta como modelo. Na vida prática, muitos homens maduros não conseguem tirar a *anima* de seu primeiro receptáculo, permanecendo nesta fase de seu crescimento psicológico: a mãe torna-se o modelo ideal ou a medida desmesurada na qual nenhuma mulher pode caber.

A narrativa, no seu simbolismo final, evoca um rito de passagem. Adão agora é um homem: seu rosto algo selvagem e os pêlos o denunciam. Ingressa no mundo dos homens e, de agora para sempre, experimentará a solidão humana e, também, um certo sentimento de degredo do paraíso materno, que já oferece o seio a um outro Adão. Ficaram, na outra margem, a infância e a “inocência” perdidas.

A nostalgia da infância é algo universal e recorrente na história das obras literárias. O passado é quase sempre, para nós, o reino da posse e da perda.

Mas Miguel não deixa abrir tão facilmente a casca de noz de seu texto. E aqui não se trata apenas de uma obra infanto-juvenil. É preciso lembrar que Adão tem para protegê-lo e, às vezes, desorientar dois anjos: o Anjo Novo e o Anjo Velho, de asa quebrada. Eles, como os deuses do mito grego, são movidos a sentimentos humanos e se antagonizam. Um protege nos moldes antigos: o Anjo Velho, de asa quebrada e finalmente rouco, certamente de tanto advertir em vão. O outro, liberalíssimo, às vezes irônico, beirando quase o cínico, zela de uma forma nada ortodoxa para um anjo. O primeiro parece figurar uma espécie de *superego*, ou então é aquele que protege Adão das pulsões suscetíveis de causar sentimento de culpa. O segundo, mais do que simplesmente o *ego* freudiano ou mesmo junguiano, confunde-se às vezes com o *id*: “Deixava Adão (...) movido por impulsos que o coração e a cabeça davam”. Podendo ser Lúcifer, parece também ser o símbolo de uma consciência tutelada por uma nova ordem, se não por uma desordem do estabelecido. Diz ao Anjo Velho a que veio: “Quem sabe para clarear as noites mais que o dia”.

No texto, os dois anjos são duas forças absolutamente antagônicas, mas também parecem ilustrar duas forças que interagem para, quem sabe, depois alcançarem equilíbrio. Significativamente o Anjo Velho se indaga, depois de um sono profundo providenciado por seu opositor: “No que estava certo? No que estava errado?” Também podemos ler que “se alternavam as forças”. Por enquanto, Adão está entre duas forças de sentidos opostos e precisa, como ele próprio diz, “ouvi-las em separado”. Tem “o corpo entre dois rios sem saber qual deles seguir”. Ele é um ser cindido entre o prazer e o “pecado”. Perdeu a unidade primitiva. Mas seu corpo, ou ele mesmo “em borbulhosa correnteza”, “com olhos fechados”, ainda é capaz de ver: “os poderes da beleza do Anjo Novo, a calma sabedoria do Anjo Velho”.

Essas poderosas forças antagônicas ilustram bem o nosso tempo. Convive uma moral puritana com um excesso de liberalismo. A educação sexual nos Estados Unidos, que exportam o modelo para o mundo, não foi educação: tudo é permitido. A nova moral, como disse alguém, é a velha falta de moral com um novo nome. O amor assume conotação meramente física e biológica. Talvez, no caso dos Estados Unidos, seja isto um extremo ato de rebeldia contra o puritanismo



remanescente, tão mal resolvido, ainda, que chega a causar experiências sadomasoquistas, cuja principal característica é esta: gratificar e punir ao mesmo tempo.

O modelo judaico-cristão, que não chega a extrair o clitóris (como se fez e ainda se faz no mais radical dos modelos patriarcais), mas que consegue quase sempre o mesmo resultado, revelou-se também extremamente castrador para ambos os sexos, sobretudo sob os rótulos cristiano-católico e o protestante puritano. Como represália a esses modelos, começaram as mudanças sociais hostis à religião. Os antigos povos da Índia, naturalmente aqueles bem recuados dos recentes tempos da colonização inglesa, que trazia no tação as indelévels marcas da moral vitoriana, descobriram a fórmula de unir pacificamente religião e sexualidade. E nesta virada de milênio, quando há uma ostensiva busca do sagrado, e uma volta à própria religiosidade, quando até o comunismo de Cuba acha viável reconciliar-se com a religião, tudo será possível. Até mesmo o equilíbrio entre as forças chamadas do **bem** e do **mal**. Não mais o **isto ou aquilo** maniqueísta, mas quem sabe o **isto e aquilo** de certo modelo oriental.

Voltemos à questão feminina suscitada pelo texto em análise. Como fica a mulher neste instigante livro de Miguel Jorge? Há aquelas inteiramente subjugadas dentro de um asfixiante mundo masculino, magistral e inteligentemente representadas pelas personagens-tipo vindas do Oriente Médio, as irmãs de Yussef: Rosa, Chaffia e Farida. Elas simbolizam todas as mulheres excluídas de qualquer côvado de direito ou poder, para as quais vale a afirmação do narrador: “O homem sim. A mulher não”. Imigram para um país que não conhece o radicalismo nos moldes do seu. Mas ainda são dominadas pelo macho por excelência, o irmão Yussef, filho do melhor paradigma patriarcal. Yussef talvez seja a personagem mais bem construída por Miguel tal o seu poder de convencimento ou verossimilhança. Ela parece saltar viva do texto. Felipa e

Bertolino (este numa única vez) assumem, aqui ou ali, discurso incompatível com as suas claras limitação. Yussef é irretocável. Não há uma só contradição em nenhum aspecto de seu perfil. Lamentavelmente, nosso recorte não caminha por aí. Certamente, alguém desvelará isto um dia.

Entretanto, se há a mulher subjugada, há também Lilith, que cria um novo Adão, repetindo, como Deus, porém a seu modo, o ritual do sopro divino. Eis a confirmação à página 201: “Lili conduziu-o para o lago e cobriu-lhe o corpo com um barro escuro: a cabeça, o rosto, o peito, o ventre, as nádegas, as pernas. Depois soprou-lhe nos olhos como se fosse acordá-lo e dar-lhe vida nova”.

Observe-se que ela, encarnando a Eva negra, o cobre com um barro escuro, ou seja, da mesma natureza do seu. E este detalhe: o sopro foi nos olhos. Isto, de alguma forma, liga-se à epígrafe de abertura do livro. Pelo poder singularizador da ficção, a Eva mítica, que reclamou igualdade e que desertou do paraíso, cria ela mesma agora um novo companheiro, de matéria semelhante à sua ou a partir da sua. Completa, assim, seu gesto de rebeldia no Éden e transforma-se em criadora (ou recriadora?). Afinal foram estas as palavras de Leona, creditadas ao Anjo Novo, com o qual às vezes ela se (con)funde: “foi de uma mulher que Adão se fez”. O gesto de cobrir o companheiro dessa matéria escura pode simbolizar a repatriação ao masculino, via esforço feminino, dos ingredientes emocionais que se exilaram do homem no curso de sua história rumo ao esforço racionalizante. Aí se encaixa o sentido de um acordar para uma nova vida.

Atentando para o aspecto simbólico, podemos fazer a leitura de que esta mulher, Leona (leoa), criada pelo ficcionista, consegue forjar a igualdade recusada desde o Paraíso bíblico. E isto ela alcançou por si mesma. Parece

que o autor aponta para as conquistas que a mulher, sozinha, logrou alcançar, provando com a sua luta sobre-humana e o seu trabalho que não é desigual, melhor nem pior: é do mesmo barro de que é feito seu companheiro de história. Com direito “à metade da flor” (alusão talvez a uma certa lenda suméria do Paraíso, em que a flor substitui a maçã), numa verdadeira e justa partilha. Mas, para alcançar isto, teve a mulher de assumir-se como Lilith, ou de integrar seu lado escuro ou desconhecido e, sobretudo, de desenvolver qualidades valiosas reprimidas nesse continente negro, que não desabrocharam no curso de sua história, devido à falta de forças ou de condições para romper o convencionalismo e as tradições milenares; ou os seus escrúpulos religiosos e morais impostos, não, evidentemente, para benefício próprio.

Agora, uma reflexão sobre o sagrado, ou “a luz azul” de Felipa, personagem da célula dramática paralela. Já se disse que, em nossos dias, há uma insistente busca do sagrado, que não se confunde com a religião. O homem contemporâneo, depois de se fartar de elementos racionais, sente um fascínio pelo mágico, pelo sagrado ou divino, pelo oculto, uma busca talvez da metade perdida: seus estados pré-lógicos nebulosos, desalojados pelo método científico de ler a realidade. Melhor diríamos que há duas vertentes pelas quais trilha hoje a humanidade: uma profundamente ligada à razão e à matéria e outra ligada ao sagrado. Não confundamos isto com a multiplicidade de adeptos de subdivisões religiosas que crescem a cada dia. O sagrado é de outra natureza.

Octavio Paz, no seu belíssimo ensaio “A Outra Margem”, afirma que “o mundo divino não cessa de nos fascinar porque (...) há no homem moderno uma nostalgia”. E cremos que esta nostalgia nasça da ausência das antigas relações mágicas do homem com o mundo. O

homem continua, como em seu passado pré-histórico, desejando apreender o mundo num ato de participação irreduzível ao raciocínio lógico. Como afirma Lévy Bruhl, essa necessidade de participação é mais imperiosa e intensa que a necessidade de conhecer ou de se adaptar às exigências lógicas: é mais profunda e vem mais de longe.

O romance de Miguel prefigurou isto em sua própria estrutura. Há um núcleo narrativo, onde se encontram Ziza, Yussef, Adão e Leona. E outro, totalmente autônomo, onde circulam Felipa, João Bertolino e depois também Nec Nec, misto de homem e bicho. Os sucessivos fragmentos, denominados “Esboço para um diário”, acabam figurando, no conjunto, como simples digressões. Entretanto, duas células dramáticas correm paralelas, sem jamais se tocarem. Muito diferente do romance ortodoxo em que há um núcleo central (o grande conflito) e várias outras células dramáticas menores sempre interligadas, caminhando juntas para um clímax, seguido de um desfecho ou uma solução final.

Quem leu o romance *Luanda Beira Bahia*, de Adonias Filho, já viu algo semelhante. Duas células dramáticas vão correndo paralelas, parecendo independentes, numa encontrando-se Caúla e na outra, alternadamente, a personagem feminina luta. Os espaços, Brasil (Bahia) e África (Luanda), vão-se alternando. Mas a diferença é que o universo das personagens se tocam em algum ponto e, a partir daí, os dois núcleos se interligam.

De modo semelhante, o romance *O risco do bordado*, de Autran Dourado, apresenta capítulos de tal forma autônomos que o quarto deles, “As Voltas do Filho Pródigo”, figura como paradigma de conto moderno na obra *O conto brasileiro contemporâneo*, organizada por Alfredo Bosi. Lembre-se de que, coincidentemente, este romance começa com um adolescente (João), sendo introduzido em um espaço erotizado: “A casa da Ponte, o mundo fechado, o reino proibido”, onde vive Terezinha Virado.

Voltando ao romance de Miguel, no primeiro núcleo, onde as ações se dão à luz do dia (à exceção do fim, no paraíso), instala-se a representação da primeira vertente, onde há a busca da matéria que se pode ver através da sexualidade (Adão, Leona; Yussef, Ziza) e sobretudo expressa na cupidez de Offir, cuja massa sonora remete a um então reconhecido indexador financeiro, à época. Pena que um leitor de nossos dias já não possa identificá-lo.

No segundo, onde as ações se dão à noite, que conota o mistério e se converte num bom símbolo ou atmosfera para o numinoso, flui a segunda vertente, onde há a busca do sagrado, simbolizado pela “luz azul” do césio da fé. Opondo-se a Offir, essencialmente matéria, temos a liderança de Felipa, algo paranóica, envolta na atmosfera do numinoso, rumo ao terceiro milênio. Ao contrário de Leona-Lili, ela não convive com a sombra:

“Havia em Felipa uma claridade que vinha lá de dentro e que só pertencia a ela”.

A escolha de uma mulher, para liderar esta célula, deve ter sido em razão do fato de ela ser considerada, no curso da história, mais crédula e mais afeita ao salto na terceira margem: o mistério. E a escolha de uma mulher simples, possivelmente analfabeta, apesar de seu discurso apresentar, alguma vez, inesperados traços de norma culta, foi muito oportuna. O nosso tempo, altamente científico e tecnológico, selou as portas de acesso ao sagrado. A nossa evolução racionalizante, enfim, o nosso método filosófico e científico de raciocínio fechou todas as possibilidades de ligação direta com o sagrado. Só uma pessoa como Felipa poderia realizar o salto mortal de que nos fala Kierkegaard.

Sendo assim, há uma direção para a qual aponta a narrativa de Miguel. O salto de Felipa para a terra prometida, no terceiro milênio, pode muito bem prefigurar a esperança de que a humanidade caminha para integrar, proximamente, os seus dois lados: o de luz e o de sombra; o sagrado e o profano, além de outras antinomias possíveis, como a sexualidade e a religião, enfim pacificadas. O andamento vagaroso desta célula, com o seu demorado ingrediente epifânico (espera-se o tempo todo que algo vá acontecer: o aparecimento da luz azul), pode simbolizar a longa espera da humanidade por algo que possa mudar, para melhor, o destino do homem. O projeto masculino-feminino aí também se inscreve. Lilith, conclamada para o texto de Miguel, que reescreve o mito da maçã e da serpente, fez simbolicamente a sua parte: a interação igualitária entre homens e mulheres.

E aqui haverá uma das leituras possíveis para a epígrafe. No dia em que esta interação for efetivamente alcançada, não haverá abismo entre Adão e Eva. E esta



poderá finalmente dizer: “Experimentei. Deus, que sabor tem esta maçã!” E quando Adão lhe perguntar: “Que sabor?”, ela poderá de fato responder: “Um sabor que nunca [até agora] homem algum experimentou”. E finalmente Adão poderá dizer: “Crerei no que dizes, tu és meu par”. E na igualdade (que já se entremostra nesta virada de milênio), quando o homem de fato houver integrado a sua *anima* e a mulher o seu *animus*, os olhos de ambos se tornarão, ao sopro do *self*, claros ou clarividentes. Nesse dia, de alma lavada e desarmada, absolutamente solidário, o par terá condições de comer, finalmente, a maçã do supremo sabor: a que reconduz ao paraíso.

Para finalizar, diríamos que neste romance o autor abandona alguns expedientes estruturais estéticos, característicos de sua ficção, tal como o *time-shift* ou a montagem temporal. E também dele quase exclui aquele conteúdo político que, às vezes, aprisiona a ficção dentro de determinado tempo histórico. Mas o texto de Miguel Jorge, que frequentemente tangencia a beleza do lírico, quando se converte no “quase-poema do imaginário às soltas”, torna-se agora mais universal, porque busca substratos reconhecíveis a qualquer leitor, independentemente de fronteiras. E o que é notável: constrói-se no espaço de uma linguagem moderna, carregando a fórmula criada por Alfredo Bosi, que procurou conceituá-la: sensível, tensa e profundamente empenhada na significação.

### Referências

- BOSI, Alfredo. *O conto brasileiro contemporâneo* (org.) 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BRUHL, Lévy. Apud PAZ, Octavio, op. infra cit.
- CLARKE, J. J. *Em busca de Jung*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ediouro S.A., 1993.
- CARVALHO, Eide M. Murta. *O pensamento vivo de Jung*. (org.) São Paulo: Martim Claret Editores, 1986.
- DOURADO, Autran. *O risco do bordado*. 7 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- FILHO, Adonias. *Luanda, Beira, Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Madri: Editorial Biblioteca Nueva, 1973.
- JORGE, Miguel. *Pão cozido debaixo de brasa*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- KIERKEGAARD, Sören Aabye. *Schopenhauer/ Kierkegaard*. (Os pensadores). São Paulo: Victor Civita, 1974.
- PAZ, Octavio. “A outra margem”. In: *O arco e a lira*. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- SARTRE, Jean-Paul. “O existencialismo é um humanismo”. In: *Sartre*. (Os pensadores). 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SICUTERI, Roberto. *Lilith, a lua negra*. Trad. Norma Telles et alii. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva S.A., 1975.



## FALANDO DE FESTAS E ÓPERAS NA TERRA DOS GOYASES Ana Guiomar Rêgo Souza<sup>1</sup>

Para Durkheim, a força de legitimação da sociedade se faz sentir com maior rapidez e maior evidência nas festas, uma vez que o fluir de um estado de exaltação geral permite que as interações sociais se tornem muito mais frequentes e mais ativas (1985, p. 300-01; 542; 545). Atributo sem dúvida interessante às esferas de poder, de tal maneira que festa e poder são fenômenos que, de uma maneira ou de outra, sempre se atraem. Fato especialmente evidente nas festas-espetáculo barrocas. Norteadas pela estética do excesso, do lúdico, do feérico, compõe o que Affonso Ávila denomina como “encantatório-persuasivo”. Trata-se de dramatização ritual intrínseca ao exercício das realidades e religiões: “poder quase mágico de fazer ver e fazer crer”, como diz Bourdieu, “que possibilita obter o equivalente daquilo que é obtido pela força” (2003, p. 14). As festas-espetáculo, por outro lado, articulavam diferentes dimensões da sociedade e da cultura, se constituindo, no limite, em “fato social total” (Mauss, 1950, p. 49-52), uma vez que se encontram em jogo projetos político-sociais, identidades em processo de afirmação e recriação, grande circulação e consumo de bens, produção artística, emergência de novos significados, dentre outros (Almeida, 1992, p. 170).

Trazidas para o Brasil como elemento fundador do empreendimento colonizador, as festas-espetáculo adentraram e percorreram os oitocentos, servindo igualmente para cimentar a monarquia brasileira. Sua conformação apresentava um padrão retórico que combinava uma profusão de elementos: cortejo, procissão, missa, sermão, iluminação, arquitetura efêmera, fogos de artifício, banquete, baile, dança, mascaradas, jogos de cavalaria, música, teatro, etc. Um padrão que

<sup>1</sup> Professora da EMAC/ UFG. E-mail: anagsou@yahoo.com.br